

Manifestação Pública sobre o Projeto de Lei Igualdade de Oportunidades nas Relações de Trabalho

BRASÍLIA – 29 DE MARÇO DE 2012
FÓRUM NACIONAL DAS MULHERES TRABALHADORAS
DAS CENTRAIS SINDICAIS

No dia 29 de março o Fórum Nacional das Mulheres Trabalhadoras das Centrais Sindicais, fechando o projeto Março Mulher – em face das comemorações pelo Dia Internacional da Mulher – realizou em Brasília uma *Manifestação Pública sobre o Projeto de Lei Igualdade de Oportunidades nas Relações de Trabalho* que contou com a participação de mulheres representantes de todas as regiões do país.

O principal objetivo deste ato foi romper com as barreiras políticas que, ao longo dos últimos anos, tem impedido que os Projetos de Lei 4857/2009 e 6653/2009, de autoria da deputada Alice Portugal e outros parlamentares (Câmara dos Deputados), e da PLS 136 do Senador Inácio Arruda (Senado Federal) sigam seu rumo em plenário e estabeleçam, definitivamente, as regras que colocam os direitos trabalhistas das mulheres nos mesmos patamares dos demais trabalhadores, especialmente no que concerne à remuneração e jornada de trabalho, assegurando as sanções punitivas e concretas aos patrões que insistem nesta tão vil prática discriminatória em face do nosso exercício pleno de cidadania.

O Fórum, composto pelas representantes da CGTB, CTB, Força Sindical, Nova Central Sindical dos Trabalhadores e UGT é, sem sombra de dúvidas, um importantíssimo instrumento de mobilização das mulheres trabalhadoras brasileiras que por muitas décadas dentro da nossa sociedade foram ultrajadas nos seus direitos.

Naquele evento, a nosso ver da mais alta relevância sindical, a companheira Maria Auxiliadora dos Santos, Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres da Força Sindical e uma das coordenadoras da atividade, destacou que o autonomia social, política e econômica das mulheres será o princípio norteador da nossa luta para o ano de 2012.

Parlamentares de várias frentes políticas se fizeram presentes e declinaram seus apoios ao nosso movimento e se comprometeram em fortalecer o movimento na luta para o “desengavetamento” das propostas e suas colocações em pauta nas suas respectivas esferas.

De acordo com deputada Alice Portugal (PC doB-BA) uma das mais brilhantes expositoras presentes, o projeto tem sofrido resistência de alguns segmentos empresariais e políticos do país e do Congresso Nacional. Há dois anos tramitando na Câmara, o texto original já sofreu alterações com a retirada da multa prevista para as empresas que descumprirem a lei.

Mais recentemente várias manobras têm sido efetivadas por parlamentares retrógrados para que sejam retiradas do regulamento, defendido pela deputada, as cláusulas que punem os maus patrões pelo descumprimento do mesmo.

É neste cenário de verdadeira “escravidão social” onde nós mulheres com lamentavelmente e ainda jornadas triplas... quádruplas... de trabalho precisamos nos organizar e unir forças na luta pela garantia da igualdade de direitos no mundo do trabalho demarcando, de forma definitiva, o nosso lugar e papel na construção de uma sociedade solidária e humanista assegurando para futuras gerações um legado maior de justiça e igualdade entre todos os cidadãos brasileiros.

Outra importante decisão tomada pelas companheiras presentes àquela manifestação foi a aprovação de uma Moção de Apoio à Unicidade Sindical, como resultado de ampla discussão entre as presentes e que representavam mulheres de todas as regiões do território nacional.

Este foi, sem sombra de dúvidas, um relevante documento que vem fortalecer, no âmbito das Centrais Sindicais que integram o Fórum, a luta incontínua do povo brasileiro em defesa de uma estrutura sindical forte capaz de efetivamente proteger direitos trabalhistas nos rincões mais periféricos e distantes do poder central do país.

Assim para que possamos consolidar uma nova realidade social fundamental se faz inserir em todos os espaços políticos, inclusive os das nossas entidades sindicais, a pauta das mulheres marcando presença e permanecendo permanentemente alertas.

Afinal, o machismo que dominou por séculos as instituições somente sucumbirá se mantivermos a unidade e ampliarmos a mobilização em torno de nossas justas causas e direitos que nos foram sonogados ao longo da história da nação brasileira.



Leni Augusta dos Santos
Diretora de Assuntos Corporativos do SAAE-RJ
Secretária de Direitos Humanos da Central Força Sindical do
Estado do Rio de Janeiro
